

ESPISE DE PASTORAL INDIGENISTA
 PRELACIA DE ITOCOATIARA
 CAIXA POSTAL 1111
 CEP 69100-000
 ITOCOATIARA - RORAIMA

HIDROGRAFIA DE BAIKINA; UM ACORDO GENOCIDA ENTRE BRASIL E FRANÇA

CEDI - P.I.B.
 DATA 10/12/86
 COD. WTD 17

A localização das Nações Waimiri e Atroari

Os Waimiri e Atroari são de língua Karib. O seu território se extendia tradicionalmente pelas terras banhadas pelos rios Jauaperi, Jananau, Alaiá e seus afluentes, pelos cursos médio e superior dos rios Uatua e Jatapu e seus afluentes, ou seja toda a região que se estende pelo Sul de Roraima e a faixa do Estado do Amazonas que se estende ao Norte de Manaus e Itacoatiara, mais precisamente pela margem esquerda do rio Uru-bu, tendo como limites à Leste os contrafortes da Serra de Acaraí e o rio Nhamundá e a Oeste o rio Negro e Branco.

Desde tempos inmemoriais habitam esse território e o defendem como seu. D dele retiram o sustento para o seu povo e a vida que celebram nas suas festas e danças. Vivem sobretudo da caça, da pesca e da coleta de frutas do mato e de ovos de tartaruga e tracajá.

Alternavam tradicionalmente as moradias entre a caça e a coleta, quando estabelecem as suas aldeias no alto dos rios (período das chuvas) e a coleta de ovos de tracajá e tartaruga e a pesca, na margem dos rios (período da seca).

As aldeias Waimiri se localizam mais na parte Oeste desse território, ou seja, para o rumo do rio Negro e as dos Atroari, mais a Leste, no rumo do Uatua e Jatapu.

Riquezas Naturais

A região é rica em minérios, madeiras de lei, balatais e é intensamente irrigada por rios e igarapés que oferecem um bom potencial energético, ou hidráulico, atraindo a cobiça capitalista. Além disso, oferece uma enorme variedade de frutas nativas, como: castanha, pupunka, assai, ingás...

Nas suas roças plantam sobretudo, mandioca, cana de açúcar, banana, macacheira, ananás, cará, batata doce, etc. Caça: animais selvagens, como a anta, o macaco, porcos, pássaros, tracajás (e os seus ovos)... Pesca: traíra, piranhas, poraquês, piraibas, jacarés, tucunarés, pirara...

Habitacão

A casa ou maloca Waimiri e Atroari, consiste em uma construção de troncos fincados no chão, de espaço à espaço, que sustentam uma cobertura de palha de ubia trançada. Tem forma oval.

A Importância do Rio Uatumã para a Sobrevivência dos Waimiri e Atrpari

Entre os anos de 1850 e 1910, os Waimiri, ou Crichenán, como também são denominados, perderam praticamente o seu contato com o Rio Negro, batidos sucessivamente pelas forças governamentais apoiadas pelas populações ribeirinhas, particularmente pelos moradores da vila de Moura. O interior dos afluentes da margem esquerda do Rio Negro, continuou sob o controle dos índios, apesar das periódicas "correrias" (caçadas de índios) em prendidas por expedições militares e por invasores civis contra as suas aldeias.

De 1910 a 1968 perderam o controle quase total do baixo e médio / Jauaperi e do baixo Rio Alalaí e Camanau. Com isto, particularmente os Waimiri, sofreram um duro golpe contra a sua subsistência física e cultural. A pesca e sobretudo a coleta de ovos de tartaruga e tracajá no baixo dos rios, bem como as festas e celebrações típicas desse período do ano, são partes essenciais da vida cultural e da subsistência desses dois povos. É possível que durante desse período a aliança ou confederação dos dois povos, pois os Waimiri, tendo que abandonar o curso inferior dos afluentes do Rio Negro, tiveram que voltar-se para os lados do Uatumã, o tradicional fornecedor de ovos de tracajá e tartaruga e ambiente das celebrações do período da seca, dos Atrpari, menos visitado pelos brancos do que o Jauaperi, o Alalaí e o Camanau.

Entre 1910 e 1968, as grandes refregas entre índios Waimiri e a população nacional nos afluentes do Rio Negro, ~~são~~ dão^{se} em torno das matas na disputa dos castanhaes e balatais. Mas o Uatumã já se foi tornando o refúgio para a sobrevivência física e cultural de ambos os povos, no período da estiagem. O Igarapé Santo Antônio do Abonari, afluente do Uatumã, se tornou o caminho normal dos índios no rumo do médio Uatumã e Jatapu, para a coleta de ovos de tracajá e de tartaruga e ^{para} a celebração de suas festas características desse tempo do ano. "O Estado de São Paulo" de 21.01.1979, chega mesmo a afirmar que ~~utilizam~~ "os Waimiri-Atrpari utilizam a área o ano todo".

A Estrada BR-174, Rampa e Mivra Trânsito do Waimiri e Atrpari no Curso do Uatumã

Em 1968, os Waimiri e Atrpari, cujas aldeias se situavam nos afluentes do Rio Negro, ainda transitavam livremente pelo Igarapé Santo Antônio do Abonari, a caminho do Rio Uatumã e do Jatapu, afluentes do ~~Uatumã~~ / nas.

Nesse ano, porém, o Governo, numa rápida ação interministerial, / muito bem coordenada, invadiu com centenas de homens armados, de armas as mais diversas, desde machados, rifles e metralhadoras até, as pesadas máquinas de rasgar a floresta, o território desses índios. Os Waimiri e Atroari foram surpreendidos no Igarapé Santo Antônio do Abonari, um dos primeiros igarapés atravessados pela estrada. Os índios reagiram a invasão, atacando os trabalhadores da estrada e liquidando uma expedição da FUNAI, que penetrara em seu território sob o comando do Pe. João Calleri, com a finalidade de convencê-los a se renderem. GRADE DETÉM ÍNDIOS

Enquanto a estrada prosseguia invadindo sempre mais profundamente o território índio, os dois povos continuavam em suas canoas a descer anualmente o Santo Antonio do Abonari no rumo do Uatumã, num claro sinal de efetiva ocupação e sentimento de domínio daquele seu território tradicional.

Eles desciam o Uatumã até a cachoeira Morena, abaixo da cachoeira Balbina. Foi então que o Governo Brasileiro iniciou a operação mais rude e traiçoeira contra os dois povos, visando exatamente a preparação da futura Hidrelétrica de Balbina. Para impedir o livre trânsito dos índios em suas canoas, pelo Santo Antônio do Abonari e "limpar" ou liberar a área para a construção da futura Barragem e Hidrelétrica de Balbina, colocou uma grade sob a ponte desse Igarapé e ordenou aos funcionários da FUNAI na área, que mantivessem os índios acima da ponte. E simultaneamente nos mesmos anos de 1974 e 1975 a Eletrobrás fez estudo hidrológico sobre a potencialidade do rio Uatumã para calcular a área a ser inundada" (O Est. de SP 21.01.79). Mas, como em tantas outras oportunidades, também aqui a ditadura agiu sigilosamente. Nem a opinião pública e muito menos os índios Waimiri e atroari foram informados sobre a finalidade dessa ação ilegal contra o seu território e o seu povo. Agindo às escondidas o Governo se protegia de presentes e futuras críticas nacionais e / internacionais.

Sem saber toda a verdade sobre as intenções do Governo, em março-abril/75, no Simpósio FUNAI-Missões em Manaus, o CIMI denunciou a violação do "habitat" natural dos índios, com a colocação da grade sob a ponte da Estrada BR-174, no Ig. Santo Antônio do Abonari, para impedir o livre trânsito dos índios em suas canoas.

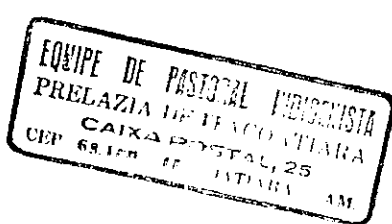
Na oportunidade o Pres. da FUNAI, Cel. Ismarth de Araújo Oliveira / tentando justificar a ação governamental, demonstrou que a FUNAI, não era apenas concedora dos planos do Governo, mas conivente e até participante. Afirmou entre outras coisas que "os próprios funcionários da FUNAI / receberam ordens , para deter os índios, mantendo-os acima da ponte sobre o Sto. Antônio do Abonari" (A Crítica, 21.01.79).

Se a opinião pública brasileira não percebeu as intenções do Governo, contudo , os índios sentiram o que isto significaria para o seu futuro. E reagiram . Atacaram naquele ano, em quase toda a extensão da estrada os funcionários da FUNAI, os trabalhadores do Exército e do Ministério dos transportes. E no Uatumã rechaçaram a investida de balateiros, matando inclusive o patrão Romualdo, para manter a autonomia do seu território.

A FUNAI e o Exército, por sua vez, responderam ainda mais duramente. É nessa época que se dá a mais drástica redução demográfica dos Waimiri e Atroari.

Mas ainda em 1978 trabalhadores da MONASA (empresa que fez os estudos prévios para a construção da Hidrelétrica) que fizeram o levantamento para a Barragem de Balbina, assim como pessoas do Mun. de Urucará, deram notícia de um grupo de índios arredios que tem as suas moradias na área a ser atingida pela inundação da barragem. Esses trabalhadores manifestaram a sua preocupação e insegurança com um possível aparecimento dos índios no local onde trabalhavam. O funcionário da FUNAI Estêvão Rodrigues, afirmou inclusive que fora chamado pelos dirigentes da MONASA, "para se interessar pelo assunto!" O Delegado Regional da FUNAI, Kasuto Kavanoto, não afirma e nem nega a existência de um grupo de índios na área a ser atingida / pela barragem prefere sair pela tangente: Os Waimiri e Atroari "procedem/ como nômades e não se fixam em um só local"(A Crítica, 21.1.79).

De qualquer forma, com a presença permanente de índios ou sem ela, a aquela região que será ~~in~~ inundada pela barragem de Balbina é terra Waimiri e Atroari, inclusive o canteiro de obras, Essa terra foi injusta e ilegalmente esbulhada pelo Governo Brasileiro.



POPULAÇÃO

Georg Huebner e Koch-Gruenberg, estudiosos alemães que estiveram visitando esses povos no início do século, os estimaram em número superior a 6.000. A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) desde o início da década, ou mais precisamente desde 1968, iniciou o seu trabalho de "atração" desses povos, e ~~no~~ ^{em} suas estatísticas da época dá o número de 3.000. Em 1972/ de acordo com os dados da FUNAI, os Waimiri e Atroari eram 2.000. Em outubro de 1974, os seus funcionários nos relatórios internos dão o número de apenas 600-1.000 pessoas, espalhadas por 13 aldeias. O que teria acontecido aos demais? Para enganar a opinião pública ainda em 1977 a FUNAI forneceu à Imprensa uma estatística na qual consta o número de 3.000 Waimiri e Atroari. Porque a FUNAI divulgou esses dados mentirosos quando a nível interno esse número já não era mais aceito? É que até hoje jamais houve uma explicação oficial da FUNAI ou de outro órgão do Governo, que esclarecesse os motivos dessa redução. Em nenhum momento a opinião pública foi informada disso.

Sabe-se, porém, que as autoridades da FUNAI e do 6º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), encarregados da ação bélica anti-Waimiri-Atroari desde 1968, estão muito bem informadas sobre o que aconteceu aos índios nessa terrível época. Todos preferem o silêncio cúmplice. Quando muito, limitaram-se a insinuações, sem fornecer dados concretos ou documentos que esclarecessem a sua afirmação. Assim Apoena Meireles, que foi chefe da FAWA (Frente de Atração Waimiri-Atroari), logo após a morte de Gilberto, ou seja no início de 1975, insinuou frequentes vezes à Imprensa e em palestras públicas que os Waimiri e Atroari foram vítimas de "fatos esgarçados" que teriam acontecido no período da presença da FUNAI junto a esses índios, e da passagem da estrada BR-174. Jamais esclareceu esses fatos. Noutra oportunidade declarou: "Tude então verificar que infelizmente, nós só falamos dos nossos mortos. Os Waimiri-Atroari que tomaram no silêncio da mata foram sutilmente enterrados e esquecidos no espaço e no tempo. Índios bandoleiros, maus, perversos, dignos de um general Custer, assim são hoje os Waimiri-Atroari. Mas a verdade é que nós os tornamos assim aos olhos da opinião pública, para justificarmos uma série de erros no método de atuação já adotado nessa área pela FUNAI... Em todos os conflitos houve baixas de ambos os lados" (O EST. de S.P. 26.10.75). Mas o mesmo "Apoena solicitou também da COAMA (Coordenação da Amazônia, além de medicamentos e gêneros alimentícios, o envio de uma grande quantidade de

armas de fogo". (Jornal do Brasil, 7.02.75). Ele e os seus companheiros de expedição levavam rifles ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ enquanto aos índios eram negados até facões, facas, foices e colheres com receio de que eles utilizassem tais instrumentos para as pontas de suas flechas. Por que ~~em~~ rifles, se a arma do sertanista é apenas a espingarda de caça?

Sebastião Amâncio, antecessor imediato de Apoena, à frente da FAWA foi mais explícito quando descrevia os "meios e métodos de atração" que utilizaria contra os Waimiri e Atroari, "uma demonstração de força dos civilizados: bombas, metralhadoras e dinamites para assustar e dar uma lição nos índios" (O Globo, 7.1.75).

O Gal. Ismarth de Araújo, Presidente da FUNAI, declarou a propósito da afirmação desse sertanista: "o sertanista será punido exemplarmente pois o que ôle fôz, a ser verdade o que o jornal publicou, foi desprestigiar o Brasil no Exterior" (O EST. de S.P. 7.1.75). O cinismo dessa declaração do Pres. da FUNAI, não tem qualificação, não só porque o funcionário nem sequer foi afastado do órgão público, mas sobretudo sabendo-se que essa afirmação do sertanista Amâncio, continha apenas as instruções que lhes foram dadas pelas próprias cúpulas da FUNAI e eram o conteúdo de um acôrdo feito pela FUNAI com o 6º BEG, assinado pelo Gal. Eda. Gentil Nogueira Paes, Cmt. do 2º Gpt. e Cnst. (Veja anexo).

Por outro lado, o funcionário da FUNAI que certamente foi o maior conhecedor de fatos dessa triste guerra contra os Waimiri e Atroari, Sr. Gilberto Figueiredo Pinto Costa, morreu num massacre atribuído pela FUNAI e pelo Governo, aos índios. Entretanto, os verdadeiros autores desse massacre, no qual morreram não apenas 4 (quatro) funcionários da FUNAI, mas muito mais Waimiri e Atroari, até hoje não foram revelados. O Porantim, Manaus, Nº15 Jan/fev./80 diz a propósito: "dentro da própria Funai há quem afirme que o sertanista Gilberto Pinto não foi morto pelos Waimiri-Atroari, mas por membros de uma instituição que chegou a realizar horrendos massacre que eram do conhecimento do sertanista".

Dados Técnicos

As instalações da futura Hidrelétrica de Balbina se situam a 318 km da foz do Rio Uatumã e a 146 km em linha reta de Manaus. A estrada de serviço para o canteiro de obras, parte da BR-174 na altura do Km 102. Situa-se na divisa dos Municípios de Urucará e Itapiranga. A cachoeira do Balbina, onde se situará o canteiro de obras fica a 50 km da reserva dos Waimiri e Atrouari que foi delimitada pelo Governo, já de acordo com a futura / construção da hidrelétrica e não de acordo com ~~os~~ estudos que tomassem em conta critérios antropológicos e os direitos memoriais dos povos Waimiri e Atrouari. O lago artificial da barragem cobrirá uma extensão de aproximadamente 180.000 Km² na vazante e 210.000 Km² na enchente.

Balbina prevê a produção de 250.000 quilowattes de energia e visa a- / bastecer particularmente o parque industrial da Zona Franca de Manaus.

O projeto da Hidrelétrica de Balbina foi elaborado por técnicos do Go- verno e ~~mantidos em sigilo~~ os dados referentes ao custo social e ecológico, foram mantidos em sigilo ou até desconsiderados por esses técnicos. "A in- sistência em se construir Balbina sem nenhum estudo antropológico aprofun- dado não seria uma forma de apressar o extermínio dos Waimiri e Atrouari, / forçando-os à reação e a um novo massacre, para serem tratados perante a o- pinião pública como selvagens que ameaçam a vida das populações brancas?" - perguntava o CIMI em janeiro de 1979, exigindo da "Funai que as obras d- da hidrelétrica sejam suspensas até que uma comissão de antropólogos e / missionários faça um levantamento completo da região. Precisamos verifi- / car que dependência o índio tem daquela área a ser inundada; de que tipo / de alimentação eles se abastecem da floresta e do solo; e o que de ruim / poderá acontecer a eles com a inundação" (O Est. de S. 21.01.79).

Os critérios que prevaleceram nos estudos dos técnicos foram os da ma- ior rentabilidade econômica. Não foram considerados outros critérios como o do custo social e humana da implantação desse projeto. Não se tomou em- conta os prejuízos ecológicos que a obra representa para a depredação da / mata, dos peixes e da fauna regional.

"O Estado de São Paulo" na sua avaliação de Balbina do dia 21.01.79, sob o título "Hidrelétrica, uma nova ameaça para os ^{Waimiri-Atrouari e Waiãpi} Waimiri-Atrouari" ~~disse:~~ "Para a Eletcobras, a barragem não ameaça a existência das tribos, embora estud- dos que realizou indiquem que o lago artificial inundará grande parte da / reserva... Com atitudes hostis, os índios já se encontraram com trabalhado-

res de Balbina e a Funai redobrou o esquema de segurança, temendo a repetição dos ataques e massacres que ocorreram durante a construção da BR-174.

Mas, os mesmos erros cometidos durante a construção da BR-174, que / levaram ao massacre de 26 trabalhadores e sertanistas da Funai, repetem-se agora com as obras da hidrelétrica: nenhum estudo ou levantamento antropológico e etnológico foi feito na área a ser inundada, para determinar se há índios e quais os lugares que / eles mais frequentam para caçar e pescar... Por sua condição de nômades... e o fato de a cachoeira de Balbina localizar-se a apenas 50 quilômetros da reserva, os Waimiri-atroari utilizam a área o ano todo e, principalmente, na época da vazante, dos rios. Os primeiros contatos de trabalhadores com os índios ocorreram de forma pouco amistosa, e se intensificarão a partir do momento em que os índios pressentirem que o branco aumenta seu contingente...

As malocas localizadas em mapa pela Funai situam-se dentro dessa área a ser inundada, mas nem por isso a Funai se preocupou em estudar a movimentação dos grupos tribais, que têm encontros frequentes com mateiros e caçadores ao longo do rio Jatunã. Assim, os 50 quilômetros que separam a cachoeira de Balbina da reserva indígena não são suficientes para afastar os índios à procura de caça e pesca da área da hidrelétrica...

Como a tentativa da FUNAI de manter os índios longe da estrada não / vingou, o BSC, pretendendo que os índios aceitassem pacificamente o traço do da rodovia cortando sua reserva, armou um esquema de segurança para os trabalhadores, mantendo na área soldados de infantaria armados para impedir qualquer tentativa de ataque." (O Est. de SP. 21.01.79).

A barragem de Balbina deveria estar concluída em 1984.

A FUNAI

A FUNAI encarregada do Governo Brasileiro para a defesa e garantia das terras, da vida e do futuro dos povos / indígenas, aparentemente não / tem nenhuma posição em toda a questão. Em verdade é ela que comanda toda / a estratégia de destruição dos povos Waimiri e Atroari. Ela controla e equilibra todo o conjunto de forças que avançam sobre os territórios e povos indígenas, de forma tal que não se prejudique a imagem de todo o sistema de interesses capitalistas nacionais e multi-nacionais na região (Governo Brasileiro, Empresas de mineração, colonização do INCRA, Indústrias / madeiras, etc.).

O Delegado Regional da FUNAI Kasuto Kavamoto, em Janeiro de 1980 definia muito bem a política da FUNAI na área dos Waimiri e Atroari: Política da "espera dinâmica" ou "técnica da espera dinâmica" (TED) (O Porantim, Nº 15 Jan/FEV./80). Segundo essa política "os funcionários da Funai permanecem nos postos de atração e ficam à espera dos índios. Plantam todo o tipo de frutas e hortaliças para que os Waimiri-Atroari fiquem entusiasmados com esse tipo de agricultura e procurem com mais frequência o posto onde possam trocar seus produtos por sabão, fósforos, sal, tecidos e anzóis de todos os tipos. Pacão e terçado não, porque desta forma "estariamos armando os índios".

O objetivo da TED ^(como x e) é "civilizar os índios", ~~seduzindo-os~~ seduzindo-os para reduzi-los a escravos de nossa assim chamada "civilização".

Para maior eficiência do método utilizam-se quase exclusivamente como funcionários braçais da Funai na área, de índios aculturados ou até des-tribalizados, sobretudo de tukanos, munduruku e Saterê-Maué.

Enquanto isso o território indígena vem sendo invadido, depredado e roubado. Rouba-se madeira, balata, castanha e minério. Derrubam-se as matas, depreda-se o peixe e a caça. E nos gabinetes do Governo e das empresas nacionais e multinacionais fazem-se projetos esfacelando a terra dos índios e a FUNAI na sua "espera dinâmica" vai fornecendo as certidões negativas ao empresariado nacional e estrangeiro, lavando discretamente as mãos do sangue inocente derramado por todo esse sistema iníquo, e negando paulatinamente a existência dos índios para desarmar qualquer força pró-índio que eventualmente possa surgir.

Atitude dos Homens Públicos Brasileiros

O Governo do Estado do Amazonas e toda a bancada do PDS, partido do Governo, na câmara municipal e na Assembléia Legislativa, são ardentes defensores da hidrelétrica de Balbina. Eles nunca se referiram ao custo social e humano das obras. Evitam, é claro, tocar o assunto.

"Quando a campanha eleitoral de 1978 estava em curso, o Pres. Figueiredo, assumiu, em praça pública, o compromisso de que em seu Governo ele concluiria a Hidrelétrica de Balbim" (A Crit. 9.9.80).

Quando o atual Governador foi nomeado para o cargo, escolheu o Ex-Governador de Roraima, P. Ramos Pereira, como secretário de Energia e Saneamento do Estado. Portanto, aos seus cuidados ficaram as obras de Balbina. Ramos Pereira, além de ter sido acusado de corrupto pelo próprio Governo

atual de Roraima pertencente ao seu partido (PDS), foi quem quando Governador de Roraima declarou em entrevista pública: "Sou de opinião que uma área rica como essa, em ouro, diamante e urânio, (referia-se ao território dos índios Yanomami), não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas, atravancando o desenvolvimento".

Mais recentemente foi escolhido o ex-Ministro do Interior, Costa Cavalcanti para Pres. da Eletrobrás. Costa Cavalcanti, foi Ministro do Interior na gestão mais negra que os índios ^{brasileiros} conheceram. Seu capataz para a execução da Política Indigenista Brasileira, ou seja Presidente da FUNAI, foi o Gal. Oscar Gerônimo Bandeira de Mello de quem o conhecido funcionário da Funai, Orlando Villas Boas, dizia: "Instaurou o processo mais eficiente de extinção do índio brasileiro". Os políticos amazonenses exultaram com a indicação de Costa Cavalcanti para a Eletrobrás, exatamente na esperança de que "com ele Balbina não ficará para trás" (A Crit. 25.9.80).

O responsável direto pela construção da Hidrelétrica de Balbina, Engenheiro Francisco Nelson Quiroga, numa atitude leviana declarou a um jornal de Manaus em Dez/79 que tem "a impressão de que não será afetada desastrosamente a ecologia da região inundada em Balbina" e que a barragem "não representa, no momento, nenhuma ameaça para esses povos indígenas". Disse ainda, como quem ignora a história do desalojamento dos Waimiri e Atroari da região de Balbina que uma área insignificante de apenas "2% da área Interditada pela Funai para a Reserva Indígena dos Waimiri-Atroari," será afetada pela inundação da Barragem. (Porantim dez/79).

O Gal. Ismarth de Araújo Oliveira ex-Pres. da FUNAI que comandou a FUNAI na época de 1974 para 1975, quando os Waimiri e Atroari foram tão duramente atingidos e que está por dentro dos golpes mais grosseiros desferidos contra aqueles povos, afirmou simplesmente sem explicação, que "não há índios na região" de Balbina. (Crit. 21.01.79).

Já o chefe do P.I. Abonari, em dez/79 afirmava que "as águas de Balbina inundarão" até parte do P.I. Abonari. E se inundar parte do posto, é evidente que algumas aldeias Waimiri e Atroari da própria reserva serão atingidas, pois elas ficam no mesmo nível em que se encontra o posto. O fato é que nenhum funcionário do Governo se chega a comprometer de público com uma declaração que esclareça a verdade sobre a questão. Tudo mantém-se continua sendo tramado e executado na penumbra pelos cumpridores de ordens do regime, menos a euforia do badalado progresso que a Hidrelétrica de

Balbina "crará" para a região.

Até os políticos da oposição do Estado do Amazonas, estão comprometidos com a obra e jamais algum deles se referiu aos custos humanos e sociais que Balbina significará para os dois povos Waimiri e Atroari e inclusive para a própria população amazonense interiorana, que será atraída para o parque industrial da Zona Franca, deixando ^{para trás} a sua terra para a grande Empresa capitalista. Dois dos líderes oposicionistas mais destacados, Fábio Lucena e Vitório Cestaro, tem-se manifestado ardorosos batalhadores de Balbina. (A Crit. 21.04.80).

Entidades de Apôio à Causa Indígena

Desde 1968 um grupo de jornalistas brasileiros vem trazendo à memória da opinião pública brasileira através da Imprensa a invasão do território dos Waimiri e Atroari pelo Governo Brasileiro.

A partir de 1975 o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão vinculado a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), vem denunciando essa "invasão de Bárbaros" (A Crit. 27.03.75), e inclusive as dificuldades que o Governo tem colocado explicitamente aos índios para o livre trânsito pelo seu território imemorial, a saber, a colocação de uma grade sob a ponte do Ig. Sto. Antônio do Abonari. Na época da denúncia ainda não eram conhecidas as verdadeiras intenções do Governo com respeito a esse fato.

Logo que ficaram claros os objetivos do Governo com respeito a "limpeza" da área do Uatumã, para a construção da Hidrelétrica, o CIMI voltou constantemente a denunciar essa trama contra os povos Waimiri e Atroari. Assim ainda no mês de dezembro passado (1980) a equipe do CIMI de Itacoatiara condenava a construção da barragem de Balbina como uma "forma de depredar aos Waimiri e Atroari os recursos naturais necessários à sua subsistência" (A Notícia, 23.12.80).

Também o grupo Kukuro de Apôio ao Índio e a Pastoral Jovem da Igreja Católica, ambos organismos com sede em Manaus, tem denunciado a construção da Hidrelétrica de Balbina "como uma ameaça" à sobrevivência das nações Waimiri e Atroari (A Crit. 12.04.80).

Semelhantemente a ANAI (Associação Nacional de Apôio ao Índio) com sede em Brasília-DF, denunciou esse empreendimento dos Governos Francês e Brasileiro, como prejudicial aos índios Waimiri e Atroari (O Est. de SP. 12.09.79).

EQUIPE DE PASTORAL INDIGENISTA
PRELACIA DE ITACOATIARA
CAIXA POSTAL, 25
CEP 69.100 - ITACOATIARA - AM.

Acôrdio França-Brasil para a construção de Balbina

Em 1970, por ocasião da visita do Pres. Francês, Giscard D'Estaing, ao Brasil, foi assinado um acôrdio entre os dois Governos, que incluía o financiamento e assessoria técnica do Governo Francês para as obras de construção das Hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, esta última no Pará, ambas prejudicando territórios indígenas.

Na oportunidade uma jornalista do Jornal de Brasília, Memélia Moreira, questionava o Presidente Francês em entrevista coletiva, estranhando que a França, tradicional defensora dos direitos humanos e sempre tão sensível a questão social e das minorias étnicas em particular, assinasse um acôrdio que feria dois povos indígenas...

O presidente francês, Giscard D'Estaing, respondeu que o Governo francês desconhecia o problema social que os dois empreendimentos envolviam e que unicamente se preocupava com os aspectos técnicos da obra.

O Secretário Executivo do CIMI, em entrevista ao jornal "A Folha de São Paulo", contestava na oportunidade tal ignorância em assunto tão importante e amplamente divulgado e que já estava do domínio público não só brasileiro, mas até francês.

As seguidas denúncias contra esse acôrdio e sobretudo contra essas duas obras tão prejudiciais aos índios, através da Imprensa brasileira e inclusive estrangeira e apresentação do caso ao IV Tribunal Rusel em Roterdã (nov/80), parece que não afastaram o propósito de colaboração do Governo Francês nessa obra genocida. Isto torna o mesmo não só conivente, mas participante do genocídio e etnocídio dos povos Waimiri, Atrocari e Parakanã. Tucuruí está em pleno andamento. E a colaboração técnica e financeira do Governo Francês está ali. Sabemos também, de fonte segura, que a mesma colaboração será canalizada para Balbina tão logo o parceiro (o Governo Brasileiro) estiver em condições de prosseguir no projeto em questão. No momento as obras de Balbina estão paralizadas "por falta de recursos" da parte do Governo Brasileiro, mas recentemente o Governo Federal fez uma transação comercial para reativar a construção de Balbina sem precisar recorrer aos recursos da União. De acôrdio com essa transação a CELETRAMAZONAS fez a compra da IEL. Da troca dessa transação deverão surgir os recursos para reativar a construção de Balbina. (A Crítica 12.09.80).

Barragens:

Programa Nacional e Internacional ^{para} ~~de~~ acabar com as Minorias Étnicas.

Não são apenas os Waimiri e Atroari os atingidos pelo programa do sistema de governos títeres das multinacionais. O programa de estradas do Governo Brasileiro que atingiu só na década passada meia centena de nações indígenas brasileiras e dezenas de nações indígenas americanas, está dentro das mesmas metas ~~de~~ que as barragens.

O programa de barragens em áreas indígenas brasileiras se estende de Norte a Sul do País. Vamos citar apenas alguns povos indígenas brasileiros atingidos: Makuxi-RR, Assurini e Parakanã-PA, Krahô-GO, Truká, Tuxá e Penkararé-BA, Kaingang e Guarani-RS, SC, PR e Xokleng-SC.

Esse programa de barragens que visa a "integração" ou "emacipação" indígena, também não é tão brasileiro como parece. Ele está sendo aplicado no Paraguay, no Peru, no Panamá, Guatemala, no Canadá e outros países americanos, entregues à espoliação multinacional.

É evidente que as multinacionais e os seus governos títeres se veem ameaçados por esses povos que com a sua "teimosia" resistiram a todo o tipo de massacres ao longo dos séculos oferecendo aos homens ainda hoje projetos humanos, sistemas de convivência humanos, e perspectivas de sociedade humana alternativa, baseada nos valores comunitários e que por isso venceram mortalmente o fatalismo histórico pregado pelo sistema capitalista, baseado no lucro, na escravidão das pessoas humanas e na subjugação da liberdade ao regime da sociedade de consumo. *Dai a violência!*

Consequências

O sistema de barragens inundando áreas indígenas, e provocando conseqüentemente o deslocamento das populações indígenas é qualificado pelos antropólogos "como o mais bem projetado genocídio do Brasil". ^{Além disso} ~~Além disso~~ acarreta prejuízos ecológicos imprevisíveis. *(Povos Indígenas 7/11/80)*

O Governo Brasileiro no caso Balbina, não consultou ecólogos, antropólogos e cientistas sociais, pois sabia de antemão, que eles oporiam obstáculos ao desenvolvimento do projeto, avaliando os efeitos das transformações ecológicas e dos prejuízos sociais sobre as populações e reserva indígenas. Por isso os planos tiveram que ser aprovados nos gabinetes de burocratas, às escondidas e os estudos feitos foram mantidos em segredo pela Eletrobrás. Esta prática de não informar corretamente a opinião pública já se tornou ~~uma~~ praxe nos órgãos do Governo. Quando as decisões estão consumadas e a opinião pública é já está de tal forma domesticada, que o

para superior autoridade
EQUIPE DE TRABALHO
PRELACIA DE DEFESA DO
CAIXA POSTAL, 25
CEP 68.300 - ITACOATIARA - AM

csito como única saída a fatalidade dos projetos, aí deixam "vazer" algumas informações a respeito das consequências sociais já ~~dixixix~~ de antemão previstas.

O fato é que a barragem de Balbina será uma perda irreparável para os povos Waimiri e Atroari. A questão se tornou tão evidente que qualquer pessoa, entidade ou governo que participar desse empreendimento, participará com plena consciência de um crime de genocídio. O primeiro efeito maléfico que os Waimiri e Atroari sofrerão será a ocupação de uma parte importante de suas terras pelas águas, tornando até necessário deslocamentos forçados de algumas aldeias. Depois vem a perda do peixe, dos ovos de tartaruga e tracajá, da caça, da região do médio Uatumã. Virão os efeitos indiretos através:

- dos acampamentos de trabalhadores envolvidos na construção da barragem e da estrada de acesso;
- da prostituição e do turismo que visitará o canteiro de obras;
- da ganância de fazendeiros, ocupação de posseiros sem terra, que irão no caminho da estrada de acesso;
- das doenças, da destribalização e do extermínio;
- dos projetos de colonização do INCRA na região da hidrelétrica.

Outros prejuízos que se ~~manifestarã~~ refletirão profundamente sobre os povos Waimiri e Atroari serão os que provêm da depredação da ecologia, ou seja do meio-ambiente:

Os Técnicos da CETESP (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo), concluíram que a maioria das 430 barragens brasileiras ocasionam abalos prejudiciais à fauna, flora e ao homem" (Torantin, dez 1973). Um Estudo da Hidroservice feito para a Eletrosul confirma as conclusões da CETESP mostrando como as barragens provocarão:

- o desaparecimento do tipo de habitat natural, devido às inundações e perda da vegetação ribeirinha;
- a alteração da fauna aquática, pela mudança das correntes movimentadas, em águas paradas;
- a criação de ambiente favoráveis à proliferação de pragas e doenças da lavoura;
- a criação de ambientes favoráveis à proliferação de doenças tropicais, como o tifo, a malária, a esquistossomose e a febre amarela.

Sabe-se que o equilíbrio ecológico da Amazônia é muito complicado, mas também fácil de ser rompido. Leia-se, a propósito, os estudos de Be-

ty Meaggers sobre a Amazônia.

Os atuais desmatamentos pelas estradas, serrarias, projetos agropecuários e colonizações, assim como, as gigantescas barragens, provocam a destruição irremediável da Floresta Amazônia. Mas o prejuízo maior será para o homem e particularmente para as nações minoritárias da Amazônia. Tudo isto, repetimos, se tornou hoje tão evidente que qualquer pessoa, entidade ou governo que participar desses empreendimentos, se tornará cúmplice plenamente consciente de um crime de genocídio.

Itacoatiara 5 de janeiro de 1981

Equipe CIMI/Itacoatiara.

EQUIPE DE LACTE E FLORESTA
PRELACIA DE ITACOATIARA
CAIXA POSTAL, 25
CEP 69.100 - ITACOATIARA - AM.